

**“SENDO DE URGENTE NECESSIDADE A INTRODUÇÃO  
DE TRABALHADORES LIVRES”: AS POLÍTICAS  
IMIGRATÓRIAS DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA  
INSTALAÇÃO DA HOSPEDARIA DA ILHA DAS FLORES  
(1883-1902)**

Felipe Ribeiro<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar as políticas imigratórias adotadas pela então Província do Rio de Janeiro (atual estado do Rio de Janeiro), entre o final do império e o início da República, especialmente a partir da criação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, instalada pelo governo imperial brasileiro em 1883 (na atual cidade de São Gonçalo/RJ), buscando acompanhar os debates do governo fluminense ao longo dos primeiros vinte anos de funcionamento da hospedaria, até o ano de 1902.

A escolha desse eixo cronológico se explica na medida em que ele demarca um período bastante intenso de correntes imigratórias que se dirigiam para o Brasil, via Rio de Janeiro, tendo a referida hospedaria configurado como um dos principais centros de recepção de imigrantes do país. Simultaneamente, este contexto se apresenta como fundamental para uma reflexão sobre a história do trabalho, particularmente na desconstrução e/ou superação de uma imaginária oposição entre dois mundos estanques: o trabalho escravo e o assalariado – dito “livre” (CHALHOUB e SILVA, 2009; NEGRO e GOMES, 2013).

Para tal empreendimento, utilizaremos como principal fonte os Relatórios da Província do Rio de Janeiro, entre os anos de 1884 e 1902, disponíveis *online* pelo Center for Research Libraries (CRL), localizado na cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América (EUA), e administrado por meio de um consórcio com membros de diversas universidades. Em seu acervo, o CRL mantém um fundo específico sobre publicações oficiais de diversas instâncias governamentais brasileiras, entre as quais os relatórios de província:

---

<sup>1</sup> Professor de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br.



mensagens anuais que os presidentes (ou governadores) enviavam para suas respectivas assembleias legislativas.<sup>2</sup>

## IMIGRAÇÃO NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX

A política imigratória no Brasil começou a ser delineada antes mesmo de seu processo de independência. Com a transmigração da Família Real e sua corte, de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, chegaram diversos estrangeiros com o intuito de fixar residência e atuar no mercado brasileiro. Além disso, no contexto internacional, a situação também favorecia a vinda de estrangeiros.

No início do século XIX, a Europa passava por uma série de transformações no setor agrícola, desencadeadas desde o século anterior, a partir do desenvolvimento do capitalismo, entre elas: a modernização dos meios de produção, a economia de mão de obra e a dificuldade do campesinato em obter acesso à terra. Tudo isso aliado ao gradual processo de industrialização e ao consequente crescimento desordenado da população urbana no continente, pressionando significativamente o setor agrícola de cada país.

Nesse ínterim, o Hemisfério Ocidental despontava com boas possibilidades de driblar a crise europeia, tendo a América como principal destino desse grande contingente de descontentes com as crescentes limitações do mercado europeu.

O continente americano oferecia terra disponível em abundância e mão de obra valorizada, além de uma referência econômica em expansão: os EUA, principal centro de atração de imigrantes das Américas no século XIX. A reboque, outros países do continente também se tornaram, no decorrer do século, em grandes polos receptores de migrantes europeus: Canadá, Brasil e Argentina, respectivamente.

Nesse processo de intensa migração internacional, marcado pela expulsão (por parte da Europa) e atração (por parte da América), verificamos a ocorrência de três grandes períodos de fluxos imigratórios em direção ao Hemisfério Ocidental: (1) um marcado pela forte imigração oriunda do Norte europeu, principalmente de

---

<sup>2</sup>CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL) [endereço eletrônico na internet]. Disponível em <<http://www.crl.edu/>>. Acesso em 15/12/2019.

saxões, alemães e escandinavos, na primeira metade do século XIX; (2) outro conhecido como o período das “Grandes Migrações”, que vai de 1880 a 1915, caracterizado pela forte entrada de imigrantes do Leste e Sul europeus, destacando-se os italianos, poloneses, russos e gregos; e, por fim, (3) aquele desencadeado no pós Segunda Guerra Mundial, definido como de novo tipo, pois além de proporcionar a chegada de trabalhadores “mais qualificados e profissionais” à América, também seria marcado pela forte entrada de imigrantes asiáticos, em vertiginosa ascensão desde o início do século XX (KLEIN, 1999).

Ao analisarmos a ocorrência desses grandes fluxos migratórios em direção ao continente americano, principalmente em relação a origem predominante do estrangeiro em cada período, verificamos sua intensa relação com o processo de transformações ocorridas na Europa que descrevemos anteriormente.

Se os europeus do Norte dominaram o fluxo de saída no período anterior [a 1880], eram agora os europeus do Leste e do Sul que predominavam no fluxo de cerca de 31 milhões de imigrantes que cruzaram o Atlântico de 1881 a 1915. As razões disso estão claramente relacionadas com a mudança das condições nas regiões europeias de origem desses imigrantes. A transição demográfica chegou tardiamente à Europa oriental e meridional, e, à medida que crescia a pressão sobre a terra e sobre a população, seus respectivos governos tornaram-se mais inclinados à emigração (KLEIN, 1999, p. 24).

Inserido nesse contexto como o terceiro principal centro de atração de imigrantes das Américas no século XIX, o Brasil logo passou a adotar medidas visando regular a entrada e o estabelecimento de imigrantes em seu território.

Dentre as suas primeiras medidas regulamentares, está um decreto de D. João VI, disponibilizando o acesso à terra para estrangeiros mediante o regime de sesmarias (concessão de terras devolutas). Nesse sentido, observa-se que inicialmente a política migratória brasileira privilegiou a ocupação de terras públicas, principalmente na região Sul, visando um modelo de colonização cuja



unidade básica seria a pequena propriedade agrícola, com mão de obra familiar.

As primeiras colônias de imigrantes estabelecidas com esse projeto ocorreram na Bahia, em 1818, quando o naturalista Jorge Guilherme Freyreiss recebeu cinco sesmarias para fundar a colônia Leopoldina; e no Rio de Janeiro, em 1819, quando cerca de dois mil suíços fundaram a colônia de Nova Friburgo. Entretanto, esses empreendimentos não progrediram como o esperado. Devido à precariedade das condições de assentamento, a maioria desses colonos dispersou-se. A colônia do Sul da Bahia transformou-se numa fazenda com trabalhadores escravos e a de Nova Friburgo recebeu cerca de 350 imigrantes alemães para evitar sua extinção.

Após o processo de independência, o governo imperial brasileiro conseguiu, enfim, fundar sua primeira colônia, em 1824, denominada São Leopoldo, formada com imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.

Com exceção da colônia de São Leopoldo, o contingente de imigrantes assentados até 1830 foi bastante irrisório, inviabilizando o desenvolvimento das colônias. Além disso, diante da falta de recursos e estrutura adequada para atrair imigrantes, o governo imperial resolveu interromper temporariamente a formação desse tipo de comunidade.

O projeto de assentamentos de imigrantes só foi reiniciado em 1845, com a fundação de Petrópolis, na província do Rio de Janeiro, com imigrantes agenciados pelo major e engenheiro alemão Júlio Frederico Koeller, na maioria seus patrícios. Inclusive, cerca de 120 desses imigrantes alemães acabaram sendo contratados para a construção do primeiro estabelecimento têxtil da província, a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, em Magé, sendo muitos deles convidados para trabalhar como tecelões, após a construção (RIBEIRO, 2016).

Na primeira metade do século XIX, entraram no país cerca de vinte mil estrangeiros, a maioria deles alemães, que integraram a ocupação de linhas coloniais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro, ou as primeiras experiências de contrato de parceria em São Paulo que, além

de alemães, incluíram também suíços, portugueses e belgas (SEYFERTH, 1999, p. 200).

Vale ressaltar que a retomada desses assentamentos ocorreu em um contexto de intenso debate sobre a política imigratória brasileira. Ainda na década de 1840, o governo brasileiro delegou às províncias a responsabilidade da colonização. Além disso, difundiam-se as companhias particulares de colonização, o que diminuía as despesas do governo brasileiro com a demarcação e criação de colônias. E, por fim, em 1850, o governo imperial promulgou a chamada Lei de Terras (Lei nº 601, de 18/09/1850), que consolidava o sistema de colonização baseado na pequena propriedade, alterando, no entanto, a forma de concessão dos lotes, que não poderiam ser mais pelo regime de sesmarias, apenas mediante compra, a prazo. Essa iniciativa visava impulsionar a colonização do Sul do país, com o objetivo de povoar terras devolutas (territórios considerados “vazios demográficos”) a partir da “importação de colonos livres”, e com isso também inibir as investidas dos países fronteiriços ao Brasil, que nutriam significativo interesse sobre região do Rio da Prata.

Poucos dias antes da Lei de Terras, fora promulgada a chamada Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, de 04/09/1850), que proibia o tráfico atlântico de escravos africanos, preocupando sobremaneira os grandes proprietários agrícolas, que mantinham seus negócios baseados na utilização de mão de obra escrava.

Se houve um lado do governo imperial capaz de detectar a possibilidade de que a pequena propriedade transformasse o país em algo mais democrático, dentro do binômio senhor/escravo, havia sobretudo o lado dos fazendeiros interessados em perpetuar a grande propriedade e o comércio de exportação. Estes últimos não estavam nem um pouco interessados na introdução de pequenos proprietários, mas, sim, na de imigrantes em larga escala que pudessem minorar a escassez de escravos, desenhada, a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro (ALVIM, 1999, p. 384).



De fato, uma das soluções encontradas pelos grandes proprietários agrícolas, principalmente os da província de São Paulo, para suprir a falta de escravos após a Lei Eusébio de Queiroz, foi a introdução de imigrantes europeus nas lavouras, sobretudo de café. Mais tarde, a partir de 1880, o próprio governo paulista passou a legislar sobre esse assunto, decretando uma série de incentivos para atrair esses imigrantes, instituindo a colonização por contrato e oferecendo, inclusive, o pagamento das passagens e do traslado dos futuros colonos até os seus respectivos núcleos, mantidos pelos fazendeiros paulistas.

Nesse forte acirramento, verifica-se que a política imigratória brasileira oscilou, durante o século XIX, entre o desejo de alguns liberais do império em introduzir imigrantes como pequenos proprietários rurais, com vistas ao povoamento, e o desejo dos grandes fazendeiros em manter a política agrária baseada no latifúndio e na agricultura de exportação, sustentada, antes de 1850, pela entrada crescente de escravos africanos e, após 1850, pela introdução de imigrantes.

Entretanto, o embate entre essas duas principais posições – muito centrada em São Paulo, diga-se de passagem – também foi permeada por outras justificativas, como a tese do “branqueamento da raça”, contida nas obras de pensadores sociais e de muitos imigrantistas, que acreditavam na necessidade de se forjar “uma nação mais civilizada” com a introdução de imigrantes europeus, considerados superiores.

Vale ressaltar que esse discurso de legitimação das desigualdades sociais, intensificado no fim do século XIX e com endosso do campo científico, já foi apontado como uma forma das potências imperialistas bloquearem os avanços das discussões globais sobre igualdade. Neste sentido, povos e grupos sociais considerados “inferiores” foram bastante estimulados a se inspirar nos “seus equivalentes superiores” (HOBSBAWM e RANGER, 1984).

No caso do projeto de povoamento, o modelo de ocupação de território, além dos objetivos já abordados, também visava instalar no país agricultores “livres e brancos” (europeus), num processo controlado pelo Estado que excluía os trabalhadores nacionais, ignorando inclusive os posseiros e indígenas presentes nas regiões

colonizadas. Dessa forma, os brasileiros tiveram insignificantes possibilidades de participação nessa forma de povoamento, sendo essas regiões do Sul do país ocupadas predominantemente por alemães e italianos, em colônias homogêneas (privilegiando determinada origem étnica ou religiosa) e mistas (com imigrantes de diversas nacionalidades). E no projeto de substituição dos trabalhadores escravos por trabalhadores “livres”, não foi muito diferente. Durante a instituição da colonização por contrato, em São Paulo, por exemplo, a prioridade era empregar nas fazendas de café trabalhadores europeus, brancos, considerados mais eficientes e racialmente superiores aos negros e mestiços.

Os grandes fazendeiros colocaram a questão da raça e do meio tropical em termos mais grosseiros. Não há dúvida de que as doutrinas de superioridade racial foram sendo absorvidas pelos círculos dirigentes do Império e, mais tarde, da República, porém subordinadas a políticas internas deliberadas. A principal era solucionar com rapidez e o mínimo de investimento [privado] o aumento do estoque de mão-de-obra. Para muitos deles, principalmente aqueles ligados à agricultura do café, a preferência era pela mão-de-obra de origem européia, capaz de ‘indústrias, civilização, costumes e aperfeiçoamento da raça’. (...) A discriminação do trabalhador nacional em nome do ‘branqueamento’ da população foi mais um argumento para convencer o governo central de bancar o custo alto da imigração européia. Outro aspecto de política interna era o direcionamento do fluxo imigratório. O argumento dos representantes dos fazendeiros no Parlamento, para garantir o direcionamento para o Sudeste brasileiro, foi o da inadaptabilidade do imigrante europeu ao ‘clima do Norte’. Incluído no ‘clima do Norte’ se encontrava quase 70% do território brasileiro. O argumento era de que o clima próximo ao Equador era hostil ao europeu (MACHADO, 1995, p. 330-331).

Além da ausência de uma política unitária para a introdução de imigrantes, outra dificuldade enfrentada pelo Brasil no século XIX



era a falta de estrutura para receber esses estrangeiros. Tanto o governo brasileiro quanto os governos das províncias não dispunham de verbas suficientes para arcar com as despesas de traslado e assentamento dos imigrantes, mesmo que esses reembolsassem essas despesas a longo prazo. Outra carência era a falta de um contingente de funcionários treinados para gerenciar os núcleos e atuar nesse setor.

Além disso, a ausência de hospedarias para abrigar os estrangeiros recém-chegados, forçava muitos embarcados a esperar cerca de seis meses para serem levados aos locais de trabalho, obrigando o governo a manter essas famílias e conseqüentemente elevando seus gastos, de forma pouco eficiente.

Nesse sentido, a fim de minimizar essas carências e melhor estruturar sua política imigratória, o governo brasileiro resolveu, entre outras medidas, instalar a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na província do Rio de Janeiro, em 1883. Localizada na Baía da Guanabara, esta hospedaria tornou-se, paulatinamente, o principal centro de convergência de imigrantes do país (KUSHNIR, 2008; REZNIK, FERNANDES e SILVA, 2013; COSTA, 2015; MARQUES, 2017; SANCHES, 2018; PIRES, 2018).

## **A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES**

Desde meados do século XIX, a imigração no Brasil tomou um considerável impulso. Na medida em que a escravidão ia sendo proibida, paulatinamente, pelo governo brasileiro, o projeto de atração de imigrantes intensificava-se, seja ele com o intuito de povoar terras devolutas ou de substituir a mão de obra escrava recém-liberta.

Na década de 1880, foi registrado o maior volume de imigrantes entrados no Brasil, cerca de um milhão e duzentos mil estrangeiros. E para recepcionar todo esse quantitativo de expatriados, o governo brasileiro começou a fundar diversas hospedarias de imigrantes, estruturadas para receber, inspecionar, alojar e assistir estrangeiros recém-chegados ao Brasil, sendo posteriormente distribuídos a colônias e fazendas pelo interior do país, ou mesmo destinados a serviços fabris e urbanos nas grandes cidades.

As principais hospedarias, instaladas nesse período, estavam localizadas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, de São



Paulo e Santa Catarina. Em território fluminense, o local escolhido para abrigar um desses centros de recepção de imigrantes foi a Ilha das Flores, situada a noroeste da Baía de Guanabara, fronteira ao atual bairro de Neves, município de São Gonçalo/RJ.

Consta dos primeiros assentamentos cartoriais, que a referida ilha consistia em uma pequena fazenda, destinada à piscicultura, lavoura e produção de goma de fécula de mandioca. Seu nome primitivo seria Ilha de Santo Antônio, passando a ser denominada nos registros oficiais como Ilha das Flores a partir da primeira metade do século XIX, quando fora sua proprietária Delfina Felicidade do Nascimento Flores (provavelmente uma corruptela criada a partir de um dos sobrenomes da proprietária: Ilha da Dona Flores, Ilha das Flores...).<sup>3</sup>

Em 1834, Maria do Léu Antunes tornou-se proprietária da ilha, transferindo-a posteriormente para o senador do império José Inácio Silveira da Mota<sup>4</sup>, em 1857, adicionando em seguida ao seu patrimônio as ilhas Ananases e Mexingueiro, vizinhas a Ilha das Flores, adquiridas junto ao major João Manoel da Silva.

Por fim, em janeiro de 1883, o governo imperial adquiriu todo o referido patrimônio do senador para a instalação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, sendo inaugurada em maio do mesmo ano, subordinada a Inspeção de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Hospedaria da Ilha das Flores alojou um total de 7.402 imigrantes. Seguindo um fluxo

<sup>3</sup> Informações extraídas do Livro de Estabelecimento do Comando da Tropa de Reforço. p.3. Esta é própria de cada organização militar da Marinha do Brasil (MB), contendo um breve histórico do local onde está localizado, bem como um resumo das atividades desenvolvidas pela unidade a cada ano, desde a sua fundação. Atualmente a Ilha das Flores pertence à Marinha do Brasil, servindo de instalação para o Complexo Naval da Ilha das Flores (CNIF). Em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a MB mantém no local, desde 2010, o Museu da Imigração da Ilha das Flores (MIIF). Disponível em <<https://www.miiif.org.br/>>. Acesso em 10/12/2019.

<sup>4</sup> José Inácio Silveira da Mota nasceu em Goiás, em 1811. Foi Deputado Provincial, Deputado Geral e Senador. Foge aos objetivos desse trabalho aprofundar o estudo relativo a esse personagem, ainda que ele desperte considerável interesse, na medida em que, como Senador, negociou junto ao governo brasileiro a venda de sua propriedade para a instalação de uma hospedaria de imigrantes. Seus discursos e projetos apresentados no Parlamento configuram como importante fonte de pesquisa.



crecente, em 1887 foram 18.834 estrangeiros acolhidos na hospedaria e, no ano de 1890, 60.494 imigrantes passaram pela Ilha das Flores (COSTA, 2015, p. 58).

Vale ressaltar que a Ilha das Flores também foi afetada pela chamada Revolta da Armada, entre os anos de 1893 a 94, por estar localizada próximo aos combates ocorridos na Baía de Guanabara. Tudo isso sem falar nas epidemias que assolavam os portos europeus no mesmo período. Em 1896, por exemplo, a Ilha das Flores recebeu 32.567 imigrantes e, no ano seguinte, somente 1.581. Este cenário de baixo fluxo de estrangeiros se manteve nos primeiros anos do século XX, alcançando o máximo de 4.989 imigrantes em 1906.

Aos poucos, a Hospedaria da Ilha das Flores sofreu um relativo esvaziamento já que não era grande o número de imigrantes “espontâneos”, e perdeu a importância que havia obtido no período anterior. Seu quadro funcional foi drasticamente reduzido, mantendo-se o essencial para seu funcionamento mínimo (REZNIK e FERNANDES, 2016, p. 87).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1917-1919), por questões estratégicas, a tutela da Ilha das Flores passou, temporariamente, do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha (Decreto nº 12.689, de 27/10/1917), chegando inclusive a receber diversos refugiados dos campos de batalha europeus.

Desde então, o espaço onde funcionava uma hospedaria de imigrantes também passou, progressiva e concomitantemente, a ser utilizado para diversas outras finalidades: presídio para militares paulistas derrotados na chamada Revolta Constitucionalista, em 1932 (OLIVEIRA, 1933); para os suspeitos de envolvimento na dita Intentona Comunista, em 1935; para os chamados “Súditos do Eixo” (imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses, sem salvo conduto do governo brasileiro) durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942; e para os presos políticos pós-1964 (SCELZA, 2009); além de refúgio para retirantes nordestinos na década de 1930; para asilados políticos cubanos, bolivianos e haitianos, na década de 1960; e para famílias flageladas de Niterói e São Gonçalo, devido às fortes enchentes, também na década de 1960.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores funcionou por mais de oitenta anos, até o ano de 1965, quando registrou a recepção de apenas 86 estrangeiros. Posteriormente, passou a funcionar como Centro de Nacional de Treinamento (CENATRE), voltado para trabalhadores rurais, sendo subordinado ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Porém, a MB mantinha estudos e contatos visando à posse definitiva da ilha, demonstrando inclusive o interesse de ali instalar o Colégio Naval, o que acabou não acontecendo. Por fim, a ilha foi utilizada para instalação de aquartelamentos do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como o Destacamento Especial da Ilha das Flores, criado após a edição Ato Institucional nº 5 (AI-5, de 13/12/1968) para receber presos políticos. Mais tarde, nas décadas de 1970 e 80, essas instalações foram ampliadas, quando a referida instituição militar adquiriu a Ilha do Carvalho, também vizinha a Ilha das Flores, realizando posteriormente um aterramento que ligou tanto as duas ilhas quanto a Ilha das Flores ao continente, separada somente por um pequeno canal de drenagem.

A Ilha do Carvalho, por sinal, passou a abrigar uma outra hospedaria, instalada pelo governo estadual fluminense, em 1896, para *“receber imigrantes que vinham para o Brasil com contrato para trabalhar no estado do Rio de Janeiro”* (REZNIK, FERNANDES e SILVA, 2013, p. 378). Embora a hospedaria da Ilha do Carvalho tenha funcionado por pouco tempo, até 1901, sua criação – ao lado da Ilha das Flores – realçou as tensões entre as políticas imigratórias nacional e estadual, conforme pretendemos aprofundar neste artigo.

## **AS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS DO RIO DE JANEIRO**

Quando o governo brasileiro resolveu instalar a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, o país atravessava um período de significativas transformações sociais.

Em 1850, o sistema escravocrata brasileiro sofria um forte abalo com a proibição do tráfico internacional de cativos. Esta proibição aconteceu em meio à época áurea da agro exportação do café, principal produto brasileiro à época, destacando-se a região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, como maior produtora e, portanto, área central para o império.

Com a extinção do tráfico atlântico através da Lei Eusébio de Queiroz, o número de escravos passou a diminuir vertiginosamente. A



elite agrária buscava então se precaver de algo que parecia inevitável a longo prazo: o fim da escravidão.

Ao passo que a entrada de novos escravos no mercado era cada vez mais escassa e as áreas produtoras de café se expandiam, o tráfico interno de cativos tornou-se uma constante. Essa valorização do escravo no mercado brasileiro representou, para outras regiões produtoras, a perda progressiva de seus melhores escravos, basicamente homens em idade produtiva, para as áreas destinadas a agro exportação, especialmente de café.

A chamada Crise do Escravismo, portanto, classicamente delimitada entre as décadas de 1850 e 1880, tornou-se bastante evidente a partir do momento em que as regiões cafeeiras passaram a concentrar escravos demasiadamente em sua área de abrangência, em detrimento das regiões produtoras de outros gêneros, consideradas secundárias.

No caso específico do Rio de Janeiro, percebemos que regiões pródigas na produção de alimentos, localizadas ao redor da Baía de Guanabara, como Magé/RJ e outros municípios, registraram uma queda significativa em seu plantel de escravos, passando a configurar mais como vendedora do que como compradora no mercado de cativos. Enquanto isso, municípios como o de Vassouras, no Vale do Paraíba, procuravam manter sua opulência, em meio à crise, através da produção de café (ainda em expansão, mas supervalorizado à época), e da consequente importação de cativos de outras regiões, financiada pela força dos seus grandes proprietários, ferrenhos mantenedores da ordem escravista (SAMPAIO, 1994; SALLES, 2008).

Nesse sentido, percebe-se que a Província do Rio de Janeiro, apesar da crise de escassez de escravos, resistiu em investir noutro tipo de mão de obra, ao contrário de São Paulo, que logo aderiu à utilização de imigrantes. Vale ressaltar que, em 1887, a província fluminense ainda configurava como um dos maiores polos de concentração escrava no país.

O Rio de Janeiro sobreviveu de forma relativa à crise, investindo vigorosamente na concentração da mão de obra escrava nas regiões cafeeiras e na inserção do seu principal produto no mercado.

Entretanto, receberia o “golpe de misericórdia” em sua economia na década de 1880, quando São Paulo ultrapassou definitivamente o Rio de Janeiro na produção de café (STEIN, 1990, p. 288) e a abolição da escravidão foi enfim proclamada em 1888. É justamente a partir dessa década que o governo e a aristocracia fluminense passam a investir mais fortemente na utilização de imigrantes.

Todo esse contexto nos leva a interpretar que a instalação de uma hospedaria de imigrantes pelo governo brasileiro, em 1883, justamente no Rio de Janeiro, está intimamente ligada a este projeto fluminense. Localizada estrategicamente a noroeste da Baía da Guanabara e dando acesso a vários centros produtores do Rio de Janeiro, justamente quando o escasso plantel de escravos da província concentrava-se nas lavouras cafeeiras do Norte fluminense, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores parecia se colocar, num primeiro momento, como um projeto que poderia amenizar a tal crise de mão de obra que o Rio de Janeiro alegava enfrentar (negligenciando a possibilidade de trabalho assalariado para libertos e ex-escravos). Neste caso, a Ilha das Flores parecia acenar aos fazendeiros locais com a possibilidade de introdução de diversos imigrantes em território fluminense.

Entretanto, ao pesquisarmos os Relatórios da Província do Rio de Janeiro, entre os anos de 1884 e 1902, observamos que a maioria dos imigrantes alojados na Ilha das Flores era destinada para outras províncias. Além disso, verificamos uma série de oscilações na política imigratória fluminense e suas eventuais dissonâncias em relação à política do governo brasileiro.

Em 1884, por exemplo, o presidente da província José Leandro de Godoy e Vasconcellos, já prevendo o colapso do sistema escravista, propunha à Assembleia Legislativa a adoção de medidas que otimizassem a atração e o assentamento de imigrantes em território fluminense, semelhantes àquelas utilizadas na Província de São Paulo. Queixa-se, inclusive, de ver “*com pesar aportarem à Hospedaria da Ilha das Flores centenas de colonos, que vão demandar terras de outras províncias, sem prestar atenção às muitas riquezas do solo fluminense*” (RIO DE JANEIRO, 1884. p. 24).

O presidente Vasconcellos citou ainda como bons exemplos de projetos de recepção de imigrantes a Lei nº 28, de 29/03/1884,



decretada pela Província de São Paulo, que passava a assumir, desde então, o traslado integral dos colonos e pequenos proprietários até os núcleos; e a Colônia de Santo Antônio de Fortaleza, propriedade de Joaquim Cornélio dos Santos, situada no município fluminense de Santa Maria Madalena, que estabelecia a colonização por contrato, chegando a inclusive a transcrever o modelo de contrato e o regulamento interno da referida colônia, que direcionavam explicitamente sua produção para o cultivo do café.

Ao fim do seu relatório, em relação a questão da imigração, o presidente fluminense também destacava e elogiava o posicionamento do senador pela Província de São Paulo Joaquim Floriano de Godoy, exposto em um artigo, publicado na íntegra no relatório, cujo foco era a valorização do *“braço nacional”*, do trabalhador brasileiro.

Sou pequeno lavrador e o que exponho é o resultado da observação. É certo que fui do número dos que não confiavam no trabalho nacional; mas a necessidade obrigou-me a procurar o braço *caipira* e a fixar sobre ele a minha atenção. Felicito-me por ter tido a ocasião de banir a má opinião que fazia dos meus patrícios. Os serviços que eles prestam a lavoura são colossais, tanto em qualidade como em intensidade; para mim está o trabalho nacional nobilitado (RIO DE JANEIRO, 1884. p. 33).

Em seu artigo, o senador paulista apresentava dados estatísticos relativos a mão de obra nas principais províncias do país: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, sobre o ano de 1876, onde o Rio de Janeiro aparecia como a província que menos empregava trabalhadores livres na lavoura e a segunda maior em utilização de mão de obra escrava, perdendo apenas para Minas Gerais. Além disso, ele assinalava a existência, nas seis províncias pesquisadas, de quase três milhões de trabalhadores nacionais válidos desocupados (sem trabalho), entre 13 e 45 anos, tendo o Rio de Janeiro mais de trezentos mil.

Ao concluir seu relatório, o presidente fluminense recomendava aos deputados provinciais que considerassem as diversas sugestões apresentadas, *“sem preocupações e preconceitos”*, a fim de

que a melhor decisão pudesse ser adotada, de acordo com o estudo da realidade de sua província.

Ainda que não tenha sido incisivo a favor de uma das propostas, o relatório do presidente José Leandro de Godoy e Vasconcellos tornou-se bastante relevante na medida em que, pela primeira vez num relatório, a presidência do Rio de Janeiro manifestava-se consistentemente acerca da imigração em sua província, além de apresentar três grandes propostas para a política imigratória fluminense, no tocante à carência de mão de obra em suas lavouras: (1) a criação de núcleos coloniais, tendo o imigrante como pequeno proprietário; (2) a colonização por contrato; e (3) a utilização de mão de obra nacional.

Já em 1887, o presidente Antônio da Rocha Fernandes Leão abordava sobre o *“estado melindroso e precário da lavoura da província”*, considerada sua *“principal riqueza pública”*, que, em face da *“transformação do trabalho agrícola”*, verificava-se como *“urgente necessidade a introdução de trabalhadores livres para o serviço da lavoura fluminense”* (RIO DE JANEIRO, 1887. p. 44).

Ele argumentava que o principal intento da província para superar essa crise é a atração da corrente imigratória. Para isso, indicava duas medidas que estavam sendo tomadas pelo governo fluminense nesse sentido: (1) a organização de um serviço regular de propaganda, tendo inclusive já publicado e distribuído folhetos, uma espécie de guia para os imigrantes, indicando as principais características dos municípios do Rio de Janeiro, dando destaque àqueles que se dedicam à agricultura; e (2) a reorganização do serviço de medição de terras, de modo a facilitar o assentamento dos colonos. Por fim, relatava a intensificação, junto aos agricultores fluminenses, da divulgação dos benefícios que o governo imperial concedia para auxiliá-los na aquisição de colonos e das vantagens de se utilizar o trabalho livre (RIO DE JANEIRO, 1887. p. 43-45).

Embora os presidentes da Província do Rio de Janeiro apontassem, desde o início da década de 1880, para a implementação de uma política imigratória calcada na superação do problema da mão de obra nas lavouras, encontramos no relatório apresentado em 1889 um verdadeiro reverso nos projetos fluminenses até então discutidos.



Em seu relatório, o presidente Carlos Affonso de Assis Figueiredo rechaçou o sistema de passagens pagas aos colonos pelo governo da província, considerado *“onerosíssimo”* por ele. Além disso, defendia a imigração espontânea e recusava renovar os contratos firmados para a introdução de imigrantes em território fluminense, mandando inclusive fechar a Hospedaria de Campos e a Inspetoria Provincial de Imigração, esta na capital, sob a alegação de que para esse fim já existia um estabelecimento do governo central, bem próximo da Inspetoria (referindo-se provavelmente a Hospedaria da Ilha das Flores). Sua perspectiva valorizava a imigração pelo ponto de vista do povoamento do território.

A imigração é um fenômeno natural para a população exuberante do Velho Mundo e um problema para os povos do continente americano. Cumpre encará-lo sob o ponto de vista superior do povoamento do território nacional e não como meio de fornecer braços à lavoura. Estes hão de aparecer, na medida necessária, pela repressão da ociosidade e logo que o influxo natural das leis econômicas estabeleça a devida proporcionalidade entre o trabalho e o salário. A ação dos poderes públicos em tão momentoso assunto deve ser toda indireta e por assim dizer genérica, operando as reformas necessárias, desenvolvendo a viação pública, promovendo o cadastro, o saneamento e a desbravação do território. (...) Cessou, pois, uma despesa que pesava, sem vantagem, sobre os cofres provinciais (RIO DE JANEIRO, 1889. p.11-12).

Somente em 1895, já na República, que o projeto imigratório fluminense ensaiou uma nova investida. De acordo com o presidente Joaquim Maurício de Abreu, apesar dos esforços empreendidos pelo governo, ainda não era possível estabelecer uma corrente imigratória regular para o estado. O relator criticava a limitação das leis relativas à imigração no país, argumentando que não bastava autorizar despesas com propaganda e auxílio para o transporte do colono, sem conceder a faculdade de abrir concorrência entre as companhias de navegação para o transporte direto dos imigrantes até as respectivas hospedarias.



O presidente Abreu falou ainda sobre a possibilidade da introdução de 1.500 famílias de portugueses e espanhóis; reativação da Hospedaria de Cabiúnas, em Macaé/RJ; construção das hospedarias de Niterói, na Ilha do Carvalho (vizinha a Ilha das Flores) e da Estação Conselheiro Paulino, em Friburgo, ambas já projetadas; e de estabelecer uma hospedaria na Fazenda da Boa Vista, em Paraíba do Sul. Além disso, argumentava que os centros de povoamento particulares, defendidos por seus antecessores, não progrediram, por isso cobrava da Assembleia Legislativa a urgência na liberação de recursos necessários à compra de terrenos para a criação de núcleos coloniais, organizados pelo governo fluminense (RIO DE JANEIRO, 1895. p. 21).

No relatório do ano seguinte, o mesmo Joaquim Maurício de Abreu, além de reiterar os projetos do seu governo, também anunciava as metas alcançadas.

Para agasalhar os imigrantes contratados estão preparadas as hospedarias da Boa Vista, situada na Estação de Avellar, município de Paraíba do Sul, à margem da E. F. Central; a da Ilha do Carvalho, próxima ao porto das Neves, município de São Gonçalo e a de Cabiúnas, no de Macaé. As duas primeiras foram adquiridas há pouco tempo e a terceira já pertencia ao Estado. (...) Na Ilha do Carvalho serão recebidas as bagagens de imigrantes que exijam desinfecções, para o que o Governo vai montar uma estufa de Geneste (RIO DE JANEIRO, 1896. p. 33).

Vale ressaltar que essa foi a primeira referência explícita que encontramos acerca da Hospedaria da Ilha do Carvalho, que apesar da proximidade distinguia-se da Hospedaria da Ilha das Flores. Inaugurada em 1896, a Hospedaria da Ilha do Carvalho surgia como uma estratégia do governo fluminense a fim de evitar a perda de imigrantes para outros estados, principalmente São Paulo, Minas Gerais e os estados do sul do país. Esta nova hospedaria era um centro distribuidor de imigrantes para as duas outras hospedarias estaduais do interior: a de Cabiúnas, em Macaé, e a de Boa Vista, em Paraíba do Sul. Muitos imigrantes que se dirigiam para esses dois estabelecimentos eram atraídos por agricultores fluminenses ou por núcleos coloniais. Não raro, alguns desses imigrantes negavam-se a



permanecer trabalhando na lavoura, retornando para a Ilha do Carvalho ou para a Ilha das Flores, a fim de serem redistribuídos para outros locais.

Apesar de sucinto, observa-se no relatório de 1897 a estratégia de instalar um centro estadual de recepção de imigrantes bem ao lado de um outro mantido pelo governo brasileiro proporcionaria significativos resultados.

Os imigrantes recebidos na Hospedaria da Ilha do Carvalho, após a conferência das bagagens, são internados nas de Cabiúnas e Boa Vista, de onde se distribuem pelos municípios que os procuram, serviço, aliás, também feito na Ilha, quando os interessados vão à Hospedaria contratá-los e designam o destino imediato que devam ter. Conquanto seja este serviço novo no Estado, tem sido executado com regularidade e, até 30 de junho próximo passado, foram introduzidos mais de três mil imigrantes, em sua maioria já localizados (RIO DE JANEIRO, 1897. p. 66).

Todavia, ao substituir Joaquim Maurício de Abreu no governo fluminense, o presidente Alberto de Seixas Martins Torres provocou um novo revés na política imigratória no Rio de Janeiro. Contrário ao projeto de atração de estrangeiros, o novo governante incentivava a imigração espontânea e sinalizava para possíveis crises de excesso de produção, citando inclusive o exemplo de São Paulo, que teria sofrido um êxodo de imigrantes em seu território, com a criação de *“turmas nômades de trabalhadores agrícolas”* e o inchaço de trabalhadores urbanos.

Incrédulo do sucesso e da eficácia dos processos oficiais de aliciamento de trabalhadores no estrangeiro, reduzi ao máximo possível o mecanismo da administração destinado a esse fim, obtendo com isso notável economia. (...) Conseguiu o Governo dar ao serviço de colonização pequeno impulso, que muito maior seria se o Estado estivesse preparado com grande extensão e boas terras, medidas e demarcadas (RIO DE JANEIRO, 1899. p. 35-36).

A partir daí, nota-se, através dos relatórios provinciais, o aparecimento de novos desafios que alteraram significativamente os projetos de política imigratória fluminense. Em 1902, o relatório do presidente do estado Quintino Bocaiúva criticava veementemente as *“tímidas tentativas feitas para o aproveitamento do nosso território abandonado de qualquer cultura e para o parcelamento das terras devolutas”*. Em seguida, prosseguia afirmando que a solução do problema da imigração no Rio de Janeiro se mantinha difícil, principalmente a partir da epidemia de febre amarela, que passou a inibir a vinda de estrangeiros. Quintino Bocaiúva afirmava que sem o saneamento da Capital Federal (a cidade do Rio de Janeiro) e da Baixada seria impossível pôr fim às preocupações dos imigrantes.

Com um texto bastante positivista, o relatório do republicano Bocaiúva abordava uma série de questões relativas à imigração, desde novas propostas de venda de terras aos estrangeiros recém-chegados, de forma parcelada junto aos bancos; até críticas à monocultura do café, em detrimento de outros gêneros, cuja transformação só seria alcançada mediante uma política imigratória que valorizasse o povoamento do território com a fixação do imigrante.

Desde que tenhamos conseguido atrair para o nosso Estado (porque dele é que me ocupo) uma corrente imigratória, fixando-a em condições de prosperidade, teremos dado um grande passo demonstrando por fatos aos imigrantes europeus que eles aqui podem encontrar clima e terras que lhes assegurem a existência e a fortuna (RIO DE JANEIRO, 1902. p. 29).

Em seu discurso, o presidente da província defendeu que, com o povoamento e a cultura, virão conseqüentemente à riqueza e o saneamento das terras e povoações. Ao fim, o governante fluminense demonstrou sua intensa afinidade com a chamada tese do branqueamento e as teorias raciais do século XIX, argumentando que o estado deveria não apenas desejar como também facilitar a imigração, ainda que por outras razões.

As imigrações não influem somente alterando as condições dos territórios pelo trabalho agrícola e pelo desenvolvimento das indústrias e da riqueza. Elas operam igualmente na



modificação das raças pelo cruzamento e modificando os arquétipos primitivos, dão origem à formação de um novo tipo, física e intelectualmente superior. Não se dirá que podemos dispersar essa vantagem. Longe disso a observação mais superficial pode atestar, sobretudo, no interior do nosso país, a degenerescência da raça, a presença do cretinismo, o abastardamento dos nossos *mestiços*. Esse elemento não é o que pode concorrer para elevar o grau da nossa civilização nem o que melhor pode, pela energia física e pelo desenvolvimento intelectual, garantir no futuro o poder da nossa nacionalidade. (RIO DE JANEIRO, 1902. p.30).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisados os relatórios propostos, observamos que a política imigratória fluminense oscilou bastante desde a década de 1880 até os primeiros anos do século XX. Contudo, ao contrário dos intensos debates ocorridos na adoção de políticas imigratórias pelo governo brasileiro, verificamos que na província fluminense as ações governamentais nesse âmbito encontravam-se a mercê dos grupos políticos que presidiam o governo. Ora um governante iniciava a organização de uma estrutura básica para recepção de imigrantes no Estado; ora vinha seu sucessor e retrocedia todas ou boa parte das medidas, sob a alegação de economia dos cofres públicos.

Em meio a esses revezes, no entanto, destacamos o projeto de instalação da Hospedaria da Ilha do Carvalho, visando concorrer diretamente com a Hospedaria da Ilha das Flores, principal centro receptor de imigrantes do país, numa tentativa de mantê-los em território fluminense, evitando assim a recorrente distribuição desses hóspedes estrangeiros para outros estados.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Observamos que, a partir da viragem do século XIX para o XX, o projeto da Hospedaria da Ilha do Carvalho não progrediu, sendo recuperado, de acordo com os relatórios, a partir de 1929, quando a ilha sofreu nova adaptação para receber (i)migrantes, com a construção de amplos alojamentos, refeitório e escritório. Em 1932, por ocasião da chamada Revolução Constitucionalista, revoltosos paulistas ficaram detidos na Ilha das Flores. Nessa ocasião, alguns imigrantes e cerca de seiscentos retirantes nordestinos chegaram a ser transferidos para a Ilha do Carvalho, considerado mais seguro. Na década de 1940, a Ilha do Carvalho passou a abrigar em suas

Por fim, cabe destacar o quanto essas questões, aqui apontadas, permitem aprofundar o debate sobre história do trabalho no Brasil, particularmente no contexto do Pós Abolição, que vem sendo desbravado por pujantes pesquisas nos últimos anos, denunciando tanto a vergonhosa invisibilidade de trabalhadora(e)s negra(o)s que ainda perdura em tantas pesquisas sobre o tema, quanto o enfoque – por vezes demasiado e/ou idealizado – dos trabalhadores imigrantes na formação do operariado brasileiro (NASCIMENTO, 2016).

Portanto, como bem assinalou um historiador recentemente e este artigo evidencia: *“já houve no Brasil a adoção de política de ação afirmativa para brancos europeus e seus descendentes. Dessa maneira, não há nada demais que se veja como reparação as políticas de cotas para negros e indígenas (...) É uma missão de todos superar essa desigualdade”* (CHALHOUB, 2017).

---

instalações um preventório. Posteriormente, a partir dos anos de 1960, com a instalação definitiva da MB na Ilha das Flores, a Ilha do Carvalho foi adquirida junto ao governo do estado do Rio de Janeiro, para compor o futuro complexo naval. Por fim, em 1985, em decorrência de aterros efetuados, houve a junção da Ilha das Flores com a Ilha do Carvalho, passando então a denominar-se Morro do Carvalho.



## REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *O Brasil Italiano (1880-1920)*. In: FAUSTO, Boris [org]. *Fazer a América*. São Paulo: USP, 1999.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub [entrevista]. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocraci-a-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>>. Acesso em 20/11/2019.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Sujeitos no imaginário acadêmico-cos: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Campinas: Cadernos AEL. v.14.n.26. 2009.

COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907)*. São Gonçalo: Dissertação (Mestrado em História Social), UERJ, 2015.

HOBBSAWM, Eric; e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Herbert. *Migração Internacional na História das Américas*. In: FAUSTO, Boris [org]. *Fazer a América*. São Paulo: USP, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. *A Hospedaria Central. A Ilha das Flores como a antessala do paraíso*. In: HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de [orgs.]. *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008, p.59-73.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)*. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Pedro Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato [orgs.]. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.309-353.

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na*

*Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. São Gonçalo: Dissertação (Mestrado em História Social), UERJ, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: Estudos Históricos. v.29. n.59. set-dez/2016.

NEGRO, Antonio Luigi; e GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da “grève”*: as pa-ralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. In: Ciência e Cultura. v.65. n.2. abr-jun/2013.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. *Na Ilha das Flores: reminiscências da Revolução Paulista de 1932*. Rio de Janeiro: Typografia Balista de Souza, 1933.

PIRES, Juliana Elianay Olimpio de Abreu. *Políticas de imigração no estado do Rio de Janeiro do início da República: debates parlamentares e experiência de recepção de imigrantes*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História), UNIRIO, 2018.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; e SILVA, Henrique Mendonça da SILVA. *A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando de [orgs.]. *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 367-382.

REZNIK, Luís; e FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores*. In: Navegar. v.2. n.3. jul-dez/2016. p.77-107.

RIBEIRO, Felipe. *Memórias da Moscuzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

RIO DE JANEIRO. *Relatórios provinciais (1835-1930)*. Disponível em [http://ddsnext.crl.edu/titles/184?terms=&item\\_id=4729#?c=4&m=109&s=0&cv=41&r=0&xywh=31%2C2429%2C1589%2C1121](http://ddsnext.crl.edu/titles/184?terms=&item_id=4729#?c=4&m=109&s=0&cv=41&r=0&xywh=31%2C2429%2C1589%2C1121). Acesso em 10/11/2019.



SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação (Mestrado em História), UFF, 1994.

SANCHES, Carolline de Medeiros. *A retomada das políticas migratórias brasileiras entre 1907-1914*. São Gonçalo: Dissertação (Mestrado em História Social), UERJ, 2018.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. *Companheiros, camaradas e amigos: memórias de ex-militantes políticos e a formação do Partido da Ilha das Flores (1968-1973)*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História Política e Cultura), UERJ, 2009.

SEYFERTH, Giralda. *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp.189-228.

STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

**Recebido em 05/11/2019**

**Aprovado em 05/12/2019**



**P**erspectiva  
**H**istórica

**E**  
**Z**  
**T**  
**R**  
**E**  
**V**  
**I**  
**S**  
**T**  
**A**

**E**  
**Z**  
**T**  
**R**  
**E**  
**V**  
**I**  
**S**  
**T**  
**A**

**E**  
**Z**  
**T**  
**R**  
**E**  
**V**  
**I**  
**S**  
**T**  
**A**

